

**PROJETO DE LEI Nº       , DE 2008**  
**(Do Sr. DR. UBIALI)**

Altera a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, transformando os Juizados Especiais Federais Cíveis em tribunais terminativos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de vinte salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

.....  
Art. 5º Revogado.

.....  
Art. 14. Revogado.

Art. 15. Revogado.

.....  
Art. 21. Revogado.

.....”  
Art. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A Constituição de 1988 instituiu no Brasil os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, numa feliz iniciativa que rendeu significativos benefícios à administração da Justiça no Brasil. Num segundo momento, uma reforma constitucional ampliou para o âmbito da Justiça Federal esse instituto, como prova de seu sucesso.

O objetivo central dos Juizados Especiais Federais consiste na facilitação do acesso à Justiça para cidadão comum, notadamente nas camadas mais desfavorecidas do povo brasileiro, criando dessa forma um sistema processual orientado pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual, celeridade e busca da conciliação ou transação. Pretendeu-se ali simplificar o processo e adequá-lo às demandas de menor complexidade, aumentando, com isso, a parcela da população servida pelo Judiciário na solução de seus litígios.

Passados já muitos anos de sua lei implementadora, vê-se que os Juizados Especiais Federais foram extremamente bem-sucedidos na função de atender a uma litigiosidade reprimida, constituída sobretudo de questões de pequena expressão monetária, evitando-se as tradicionais varas federais, com seus obstáculos financeiros (gastos com custas processuais, honorários de advogado etc.), e as enormes deficiências do sistema de assistência judiciária.

O presente projeto de lei tem como objetivo aprimorar essa experiência, transformando os Juizados Especiais Cíveis Federais em tribunais terminativos, competentes para o processo e julgamento de causas com valor inferior a vinte salários mínimos. Como medida destinada a aumentar a celeridade, das decisões desses Juizados não caberá recursos, enfatizando-se com isso o

papel do magistrado de primeiro grau, mais próximo da causa e mais capacitado a decidi-la com justiça. Evita-se, outrossim, toda uma cadeia de recursos que tem sido recorrentemente apontada como uma das maiores causas da morosidade dos tribunais e juízos do País.

Uma pesquisa da Secretaria de Reforma do Judiciário e do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais demonstra que os Juizados Especiais já experimentam alguns dos problemas que há muito afetam a Justiça comum e que podem inviabilizar seu funcionamento. Notadamente, os Juizados Especiais mostram sinais evidentes de sobrecarga em relação ao número de processos – apenas no Estado de São Paulo foram ajuizados 983.601 causas em 2004, nos órgãos da Justiça comum estadual.

O fortalecimento do modelo dos Juizados Especiais se faz necessário. A tarefa não é simples e exige, para tanto, um ajustamento do modelo atual, de modo a aumentar-lhes a eficiência. Isso é o que propomos no projeto de lei que ora apresentamos, esperando contar com o apoio de nossos nobres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2008.

Deputado DR. UBIALI